

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE

José Amilton Joaquim

Prof^a. Luísa Cerdeira

Resumo

Este texto procura refletir sobre o financiamento do ensino superior em Moçambique desde a independência até então. Toma em consideração os períodos da economia socialista mais centralizada e a transição para uma economia de mercado e os impactos destas mudanças no financiamento do ensino superior. Para além disso, procura olhar para as perspectivas de financiamento que têm sido debatidas e sugeridas. Tendo em conta o modelo de financiamento em curso, em que o Estado é o maior financiador das instituições de ensino superior públicas (IES) e, dadas as dificuldades em poder continuar a sê-lo, colocam-se questões relacionadas com o acesso, a equidade e a qualidade do ensino superior.

Nas propostas de modelos que são apresentadas, que se esperam que venham amenizar as questões que têm sido levantadas, os estudantes/famílias são chamados a pagar mais do que pagaram até então pelo acesso ao curso universitário.

Assim, concluiu-se haver necessidade de se repensar num modelo de financiamento que se adapte melhor à realidade que o país vai vivendo. Em função do legado que o país herdou do socialismo, em que o Estado sempre constituiu o maior provedor de educação, há uma necessidade de se aprofundar o debate. Outrossim, ao apontar-se para a partilha de custos no financiamento do ensino superior, as despesas da parte dos estudantes/famílias não se cingem somente aos custos de educação, mas também aos custos de vida. E o Estado deve assegurar que os estudantes e famílias carenciadas não sejam deixadas à margem e que terão os apoios adequados para ter acesso ao ensino superior.

Em termos de metodologia, foram feitas análises de fontes escritas (documentos oficiais e estudos de pesquisas sobre as políticas de financiamento do ensino superior em Moçambique e no mundo).

Palavras Chaves: Ensino superior, políticas de financiamento, acesso ao ensino superior.

Abstract

This text seeks to reflect on the financing of higher education in Mozambique since independence until then. It takes into account the periods of the more centralized socialist economy and the transition to a market economy and the impacts of these changes on higher education funding. In addition, it seeks to look at the funding perspectives that have been debated and suggested. In view of the current funding model, where the State is the largest funder of public higher education (HE) and, given the difficulties of being able to continue to do so, there are issues related to access, equity and the quality of higher education.

In the model proposals that are presented, which are expected to soften the issues that have been raised, students/families are called to pay more than they have paid for access to the university course.

Thus, it was concluded that there is a need to rethink a financing model that is better suited to the reality that the country is experiencing. Due to the legacy that the country has inherited from socialism, where the state has always been the largest provider of education, there is a need to deepen the debate. Moreover, when targeting cost sharing in higher education funding, student/household expenditures are not limited to education costs but also to living costs. And the state must ensure that students and families in need are not left out and that they will have adequate support for access to higher education.

In terms of methodology, analyses of written sources (official documents and research studies on the financing policies of higher education in Mozambique and in the world) were carried out.

Keywords: Higher education, financing policies, access to higher education.

1. Introdução

Se a educação de forma geral constitui um dos pilares importante para um desenvolvimento sustentável para qualquer nação, ao ensino superior cabe uma grande responsabilidade pelas saídas profissionais de qualidade que dela depende.

O financiamento é uma das bases para qualquer tipo de instituição poder alcançar os seus objectivos e as instituições de ensino superior não são uma exceção. O mesmo constitui um dos mecanismos importante na definição dos resultados do ensino superior em áreas como qualidade, eficiência, acesso, equidade e capacidade de resposta do próprio sistema de ensino.

Quando se olha para Moçambique, para a história das instituições de ensino superior, desde a sua ascensão a independência apesar de algumas mudanças e transformações, que ocorreram em menos de 20 anos, a adoção do socialismo e mudança para a economia de mercado. As mudanças permitiram que o financiamento do ensino superior, que numa primeira fase era meramente público, passasse para um financiamento privado com a introdução de instituições de ensino superior privada e cobranças de propinas nas IES públicas. Apesar disso, o Estado continua sendo o maior responsável pelo financiamento das IES públicas. Atualmente o orçamento das instituições de ensino superior públicas são financiadas pelo Estado em verbas que estão acima de 80%. Face a este modelo de financiamento que tem sido adotado, questões relacionadas com a sustentabilidade para permitir o acesso, equidade e qualidade, que já foram em tempos levantados, até então ainda constituem motivos de debates e reflexões. Várias são as razões que levam a este questionamento uma vez que se começa a assistir alguma limitação do próprio Estado em fazer face as despesas reais de formação de um estudante. Estas constatações têm aberto espaço para estudos, reflexões e propostas, quer por parte dos órgãos governamentais que tutelam o ensino superior e de pesquisadores, de modelos que sejam adequados tendo em consideração as experiências internacionais de financiamento do ensino superior com intuito de reformar o modelo de financiamento vigente.

Este texto pretende refletir sobre as tendências de financiamento do ensino superior em Moçambique tendo em conta a realidade do regime político pelo qual Moçambique passou a saber desde do regime marxista leninista e até então na economia

de mercado e as perspectivas de financiamento do ensino superior face a realidade vigente.

A estratégia metodológica para este estudo, consistiu na análise de informação secundária proveniente de fontes escritas e documentais sobre o ensino superior em Moçambique e no mundo. Com ênfase para documentos de políticas do ensino superior (leis do ensino superior, plano estratégicos, estratégias de financiamento do ensino superior), relatórios de auscultação sobre a estratégia de financiamento do ensino superior, trabalhos académicos nacionais e internacionais sobre o financiamento do ensino superior (teses, artigos).

2. Tendências de financiamento do ensino superior

Moçambique foi uma das colónias Portuguesa que viu a sua independência ser efectuada em 1975. Após este período, o país adotou a política socialista como um dos caminhos que na época se acreditava que pudesse ser o melhor para o país que se caracteriza por uma rica diversidade cultural. Neste período compreendido entre 1975-1986, uma das maiores preocupações prendia-se com a questão do acesso a educação formal, que no período anterior como era óbvio não era para todos. Para o efeito, havia necessidade de organizar melhor o sistema de educação o que permitiu que, a partir do Ministério de Educação e Cultura, fosse aprovada na Assembleia Popular, na altura, a lei, que concedia as linhas gerais da educação, Lei 4/83 do Sistema Nacional de Educação (SNE). Em termos de acesso pretendido, pode-se ler no sumário da lei do SNE, o seguinte: "O Sistema Nacional de Educação garante o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, e permite a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras", p. 13.

Nessa altura, o objectivo central da educação era de formar o homem novo revolucionário, livre do obscurantismo, superstição, e do pensamento burguês e colonial, em síntese um homem que assumisse os valores e princípios universais do marxismo-leninismo na construção do socialismo. O ensino superior aparecia como um subsistema do Sistema Nacional de Educação e para o mesmo ensino de forma específica, o objectivo nessa altura segundo Rosário (2013) era essencialmente a produção de quadros que pudessem dar resposta a Revolução Moçambicana de forma técnica, científica e

ideologicamente mais preparados.

Para que esses objectivos fossem alcançados, Gonçalves (2007), havia a necessidade do estado nacionalizar, para além de outros sectores após a independência, também a educação alegando a necessidade de democratizar a educação de forma que todos independentemente da raça, etnia, condição social e económica pudessem ter igual acesso.

Recordar que após a independência existia uma única instituição do ensino superior herdada do período colonial, que passou de Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM) para Universidade Lourenço Marques e então Universidade Eduardo Mondlane (UEM). E com a eclosão da guerra civil, dois anos após a proclamação da independência, que durou 16 anos foi possível abrir somente duas outras instituições públicas, na cidade capital Maputo, a partir dos Ministérios de Educação e Cultura e do Ministérios de Negócios Estrangeiros e Cooperação, a saber, Instituto Superior Pedagógico, atual Universidade Pedagógica e Instituto Superior de Relações Internacionais que se mantém com o mesmo nome até então.

Segundo Dias (1998) antes de 1991 os alunos eram admitidos automaticamente em um curso universitário e depois passaram a ser submetidos aos exames de admissão para o acesso às instituições de ensino superior públicas.

As mudanças que foram surgindo a começar pela transição do socialismo para uma economia de mercado a partir dos anos de 1980, a adoção de uma nova constituição em 1990 que introduz um novo regime político multipartidário e conseqüentemente uma economia virada para o mercado e o fim da guerra civil que desembocou nos acordos gerais de paz em 1992. Anunciava uma transformação estrutural ao nível de toda a esfera política do país, coadjuvado com a falta de quadros, a procura pelo próprio ensino superior que já começava a ser maior, o monopólio de instituições superior públicas somente na cidade capital já não estava a corresponder e os debates sobre o acesso e expansão como resultado disso tomam mais espaço no país.

Como escreve Mário *et all* (2003) a busca era tanta que alguns estudantes em áreas de muita procura, como economia, gestão, direito e engenharia, conseguiam emprego antes de concluírem o seu curso de licenciatura. E comparando os dois períodos, recorda o autor que muito poucos candidatos potenciais foram negados o acesso ao

ensino superior durante os anos socialistas porque o número de graduados do ensino médio era muito pequeno.

Se no período socialista o tipo de financiamento do ensino superior era público, em que,

O Estado, no exercício das funções sociais que lhe são cometidas, investe no quadro educativo em edifícios, equipamentos, laboratórios, formação de funcionários docentes e não docentes, apoio social (bolsas e empréstimos subsidiados) cumprindo, deste modo, a função educativa e contribuindo para garantir, em simultâneo, o usufruto, por todos, do direito à educação (CESO, 2017, 163).

Depois, com a transição para a política de economia de mercado, começa assistir-se uma transição para o financiamento privado a partir da partilha de custos que, Vessensteyn (2005), ocorre em diversas formas, a partir da introdução de mensalidades ou propinas, redução dos subsídios aos estudantes e suas famílias e por último pode emergir por meio de políticas de apoio estudantil.

Segundo Johnstone (2001) o termo partilha de custos, em referência ao ensino superior, começa com a suposição de que os custos do ensino superior em todos os países e em todas as situações podem ser vistos como provenientes de quatro partes principais: (1) o governo ou contribuintes; (2) pais; (3) alunos; e/ou (4) doadores individuais ou institucionais.

Para melhor responder a nova realidade política que se anunciava em Moçambique, havia a necessidade de organizar melhor o ensino superior. Assim, foi criada a Lei do Ensino Superior 1/93 atualmente Lei 27/2009, segundo a qual estabeleceu a autonomia das instituições de ensino superior e permitiu abertura de IES privadas. Segundo a Lei do Ensino Superior,

autonomia das instituições do ensino superior é a capacidade para exercer os poderes e faculdades que lhes assiste na prossecução das suas respectivas missões, bem como observar os deveres necessários pedagógico para que se alcance a liberdade académica e intelectual, em conformidade com as políticas e planos nacionais relevantes (Ministério de Educação, 2012, p. 27).

Esta autonomia salvaguardava a liberdade que no período socialista levou o Estado a fechar alguns cursos por não os considerar prioritários na altura ou porque atentavam contra o regime político vigente. Como refere Beverwijk (2005, p.15),

a implementação da lei 1/93 teve grandes consequências, já que a introdução da autonomia significava que o nível de intervenção governamental limitava-se ao pagamento de pessoal, manutenção de instalações e equipamentos e a manutenção de um papel decisório na abertura e encerramento de novas instituições. Os reitores assumiram um papel consultivo junto ao Conselho de Ministros sobre a política de ensino superior e receberam uma liberdade substantiva em termos de gestão institucional. Eles negociaram diretamente com o Ministro do Planeamento e Finanças sobre quaisquer assuntos financeiros.

Com o relaxamento do governo em relação as políticas socialistas que não estavam a surtir resultados desejados ao nível social e económico, aliado a desintegração do bloco soviético e abertura do país para a Europa e os Estados Unidos. No dia 18 de junho de 1985 o Banco Mundial concede o primeiro empréstimo para a reabilitação da sua economia no valor de 45.5 milhões de USD americanos e assinalava assim admissão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional que teve a formalização no dia 24 de setembro de 1984”, (Taimo, 2010, p. 130).

A mudança fiscal e liberalização do mercado constituíram umas das causas que justificaram a entrada de Moçambique para a economia de mercado deixando uma política de economia em que tudo era planificado ao nível central fruto da construção do socialismo.

Nesta política e lógica que se afigurava como o único caminho a ser adotado, mais para o neoliberalismo, em que se pretendia que o Estado fosse mais eficiente contando com o apoio da sociedade a partir da liberalização do mercado. Trouxe mudanças nas políticas públicas e sociais em que o ensino superior está inserido.

Apesar do Estado ter continuado a ser o maior financiador do ensino superior, abre espaço para um ensino superior privado em que se começa a pagar para poder ter acesso ao mesmo ensino fugindo da lógica do ensino superior gratuito e de entrada livre. Esta lógica estava assente no facto do estado ter muitas despesas públicas e devia repartir estes gastos com o sector privado.

Neste período o desafio ao invés de ser somente de acesso como foi aquando da independência, passa a ser também de expansão e para o efeito o Estado contava com a proliferação de instituições de ensino superior privadas. Conforme reconhecido por Chilundo (2010) as instituições privadas complementam o esforço do estado em termos de geração de acesso ao ensino superior, embora com alcance limitado.

Para garantir que a expansão ocorresse sem perda de qualidade, representantes do governo e do ensino superior sentiram a necessidade de haver uma unidade de coordenação nacional dentro do governo que desenvolvesse políticas para todo o sistema, respeitando a autonomia institucional. A ideia foi bem colhida no seio do governo eleito 1999 que em janeiro do ano 2000 cria o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia. Com este ministério que marca uma nova fase do ensino superior para Beverwijk (2005) novas políticas foram introduzidas para enfrentar os problemas existentes e criou um ambiente favorável a novas oportunidades.

Ao contrário do que vinha acontecendo, Taimo (2010), passa-se para uma lógica dos objectivos do ensino superior que permitiu que houvesse algumas mudanças nos currícula, que eram considerados fixos e havia necessidade de os tornar mais flexíveis. De forma que o mesmo pudesse permitir a formação dos cidadãos para resolver os problemas do país, reforçar a investigação, os cursos atendessem ao desafios de desenvolvimento e não somente a formação do homem novo.

É de mencionar que, a expansão que também constituía um dos desafios nesse período, foi acarretado de vários erros considerados estratégicos como tem sido referido por vários autores Mário *et all* (2003), Beverwijk (2005), Taimo (2010), Matos e Mosca (2010), Langa (2013) e noticiados pelos medias. Quer as instituições de ensino superior públicas quer privadas abrem polos de ensino superior e cursos por outros pontos do país sem condições consideradas básicas, corpo docente, infraestruturas adequadas, nem outras condições académicas e científicas. Justifica Beverwijk (2005) que ao mesmo tempo que se sentia a necessidade de expandir para atender a uma procura sem precedentes de acesso, à semelhança de outros países da África Subsariana, Moçambique não dispunha de recursos financeiros adequados, com consequentes impactos negativos nos recursos físicos e humanos.

Se a maneira como foi conduzida o processo de expansão já foi crítica, quando se pensava que se estivesse a resolver um problema surgem outros. Os docentes começam a correr de uma instituição para outra a procura de aumentarem os seus rendimentos no final do mês o que comprometia a questão da investigação que já se ressentia da falta de investimento. O que se configurou num ensino superior que, na maior parte dos casos, não possuía corpo docente formado, com poucos docentes em tempo integral, sem massa crítica para o debate e investigação, com condições pedagógicas de funcionamento precárias, com projetos científicos e pedagógicos difusos, segundo Matos e Mosca (2010).

Com a criação das IES privadas, uma das distinções importante em relação as IES públicas prende-se com a questão do financiamento. Segundo a Lei do Ensino Superior no seu artigo 13 (Definição e Classificação), enquanto as instituições de ensino superior públicas têm o apoio direto da fonte principal de receita do orçamento de Estado as privadas dependem das receitas advindas na sua maioria das mensalidades cobradas aos alunos (Ministério de Educação, 2012).

O financiamento das instituições do ensino superior são providas pelo Orçamento de Estado (OE) em duas categorias: Orçamento de funcionamento e de investimento. Acrescido a esse financiamento estão as ofertas dos doadores para diversas áreas, bibliográficas, financiamento de projetos de pesquisa, financiamento de estudos dos docentes através de bolsas de estudos, assim como diversos tipos de equipamento.

Apesar das IES passarem a gozar de alguma autonomia, conforme foi mencionado diferente do período socialista, se esse modelo de financiamento parece trazer algum conforto para as IES públicas, também coloca em causa a independência das mesmas. Como questiona Mosca (2009) como ter uma investigação independente se os financiadores têm os seus objectivos e delas dependem os fundos para investigação?

Criado o espaço para as IES privadas ao abrigo do artigo 1/93, Langa (2013) várias entidades abraçaram a área do ensino superior privado, como organizações privadas, nomeadamente as empresas e as organizações religiosas quer islâmicas quer cristãs, partidos políticos, umas com fins lucrativas e outras nem por isso. No entanto, o autor mostra que pelos valores que se cobram de propinas que podem variar de USD 100 a USD 300, se não mais, pode-se argumentar que todas elas têm fins lucrativos e tendem

quase todas para uma lógica corporativa.

Estes custos altos para ter o acesso ao ensino superior vão tender a aumentar cada vez mais, principalmente quando o desafio que se impõem hoje, para além do acesso e expansão, está relacionado com a qualidade. Um vez que as receitas advindas das propinas, Mosca (2009),

constitui um imperativo de sobrevivência económica para as instituições de ensino superior privada e ter qualidade implica aumento de custos para o acesso. E como se não bastasse, o custo alto do ensino a partir de propinas nem sempre estão ao alcance da maioria das famílias Moçambicanas. Assim, como as IES privadas dependem da quantidade de alunos para a sua sobrevivência, as propinas passam a ser a factura de um título e não o pagamento do acesso à formação, numa clara alusão de falta de comprometimento com a qualidade ou um atentado com o mesmo, p. 6.

Essa tendência para lucratividade, Langa (2013), também já se faz sentir hoje nas instituições de ensino superior públicas onde os programas de pós laboral custam em termos de pagamento de propinas quase o mesmo valor das privadas. As taxas de pagamento de propinas foram introduzidas nas IES públicas para o regime de pós laboral, Taimo (2010), a partir de um despacho do Ministério das Finanças em meados de 1980 e para além disso permitia que as mesmas passassem a cobrar pelos serviços de restauração e alojamentos dos estudantes, as instituições de ensino superior começam introduzir algumas actividades que geram rendimentos como a formação e consultoria.

Como pode-se constatar, enquanto numa primeira fase a universidade era concebida como um serviço social e público nesta fase começa parecer mais uma oportunidade de negócio. Assiste-se a partir desse período a tendência de um financiamento diferente que para além dos estudantes/famílias poderem coparticipar, as IES públicas passam a buscarem outras fontes de financiamento. O que segundo Matos e Mosca (2010) passa a não haver uma priorização de ensino superior de qualidade, parece que tudo foi entregue e deixado a mercê do mercado. Para os autores, essas alegações tem como base o facto do Estado não esclarecer sobre as áreas prioritárias de formação e investigação, as diferenças entre ensino superior universitário e politécnico, sobre o financiamento do ensino e a disponibilidade de bolsas de estudo, a aplicação de uma carreira docente e de investigação, a democraticidade das instituições, entre muitos aspectos.

Sendo o Estado responsável pela regularização, fiscalização e avaliação para a preservação da qualidade e de forma geral do funcionamento do próprio ensino, cria o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior Decreto no 63/2007 que teria a função de zelar pelas últimas questões que se impunham (relevância e qualidade). Para Taimo (2010) isso constitui um grande desafio para o ensino superior em Moçambique pois questiona ele quem estará em condições de exigir a qualidade e estará em condições de pagar por ela?

Apesar da introdução de pagamento de propinas no período pós laboral nas instituições públicas, o Estado continuou mesmo assim sendo o maior financiador. No entanto, as questões relacionadas com a busca de outro modelo de financiamento já há muito constituía motivo de preocupação. Como escreve Taimo (2010) as recomendações dos relatórios feitos sobre a expansão do ensino superior em Moçambique, os planos estratégicos quer da educação (1998) quer do ensino superior (2000) foram suficientes para iniciar a discussão de uma nova modalidade de financiamento do ensino superior.

Na altura um dos pontos que levantava essa discussão, estava relacionada segundo o autor com o término do curso que não era muito eficaz, pois os estudantes levavam muito tempo para terminar os seus cursos, o que onerava ainda mais o Estado, o que indicava que havia a necessidade de se alterar o paradigma de financiamento. Justificava-se também pelo facto de haver uma discrepância entre a taxa de crescimento da economia, da população, o aumento da procura do ensino e a necessidade de reduzir a discrepância entre essas variáveis. E as projeções indicavam que as discrepâncias iriam prevalecer e havia uma necessidade de se repensar em outras modalidades de financiamento do ensino superior.

Por isso, Chilundo (2010) um dos temas centrais que foi tomado em consideração no plano estratégico do ensino superior 2000-2010 tinha que ver com o aumento da eficiência das instituições de ensino superior, racionalizar os recursos existentes, melhorar os sistemas de gestão e diversificar as fontes de financiamento. O mesmo plano estratégico mereceu o apoio e interesse do Banco Mundial.

Mencionar que o Banco Mundial que faz parte das consideradas instituições da *Bretton Woods* sempre pautara numa primeira fase por políticas monetaristas financiando mais projetos de investimentos e não de consumo. No entanto, a partir dos anos 60 sob a

influencia da teoria do capital humano o Banco Mundial abre-se para janelas de financiamento para sectores sociais com um especial enfoque para a educação. Segundo Cerdeira (2008) em 2002, a partir do Relatório *Constructing Knowledge Societies: New Challenges for Tertiary Education*, há uma mudança de visão e políticas do Banco Mundial para os países em desenvolvimento em que se passa a dar maior primazia ao investimento no ensino superior. Foi mesmo nesse período 2002, dois anos depois da elaboração do plano estratégico do ensino superior, que Moçambique teve o primeiro financiamento do Banco Mundial para o desenvolvimento do ensino superior.

Este financiamento veio a reforçar ainda mais o debate sobre a mudança de paradigma no financiamento do ensino superior, mais para uma lógica mercantil do mesmo ensino.

Num dos relatórios do Banco Mundial sobre o diagnóstico da reforma de financiamento do ensino superior lê-se as seguintes recomendações:

Quando o governo transfere custos para os estudantes, ele deve introduzir um sistema paralelo de assistência financeira para manter a acessibilidade e fornecer equidade. A seguir estão os cinco principais veículos dessa suplementação, ou mudança na partilha de custos: (a) introdução ou aumento substancial de propinas e taxas completas ou quase custos totais em sectores de ensino superior até então apoiados principalmente ou integralmente por receitas públicas, (b) introdução de subvenções e empréstimos sujeitos a meios de recursos, (c) encorajamento do ensino superior privado apoiado principalmente através de propinas, (d) o encorajamento de atividades empresariais por parte do corpo docente e / ou universidade, e (e) o encorajamento da filantropia para doação, para operações e bolsas de estudos para estudantes (World Bank, 1998, p.5).

Percebe-se do documento que o Estado devia interferir menos no ensino superior deixando o a mercê do mercado. Estas ideias podem ser vislumbradas, no projeto do Banco Mundial sobre o financiamento do ensino superior em Moçambique, nos objectivos da primeira componente intitulada Reforma e Desenvolvimento de Todo o Sistema:

As atividades incluirão assistência técnica, pequenos trabalhos de reabilitação, treinamento, estudos e workshops para o desenvolvimento de: (i) novas estruturas reguladoras, fiscais e de prestação de contas; (ii) novos métodos e programas pedagógicos de ensino; (iii) o uso do TIC no ensino superior; (iv) um sistema de acreditação; (v) fontes novas ou alternativas de financiamento; e (vi) prevenção e apoio de HIV para os estudantes (World Bank, 2002, p. 10).

No mesmo relatório do Banco Mundial consta como um dos subprojectos que constituía uma inovação no financiamento do ensino superior em Moçambique a partir dos fundos competitivos quer para IES públicas quer para privadas no projecto intitulado Mecanismo de Melhoria da Qualidade e Inovação com a sigla em inglês QUIF. O projeto inovador tinha como objectivo conceder apoio a programas desenvolvimento institucionais a partir de doações competitivas ou empréstimos reembolsáveis quer às instituições públicas quer privadas. Para permitir o aprimoramento e capacitação de pessoal (por meio de bolsas e outros treinamentos para docentes e gestores) e inovações para melhorar a qualidade e a eficiência dos programas existentes (por meio do desenvolvimento de currículo, fornecimento de equipamentos e materiais didáticos, etc.).

Na área de apoio aos estudantes, o projeto que contemplava três áreas de ação, no terceiro e último ponto, apresentava o subprojecto de bolsas de estudos provincial com uma verba correspondente a 2.6% do valor total conforme a tabela abaixo.

Figura 1: As componentes do projeto de desenvolvimento do ensino superior em Moçambique.

Component	Sector	Indicative Costs (US\$M)	% of Total	Bank-financing (US\$M)	% of Bank-financing
1. System-wide Reform and Development		7.17	10.1	6.09	10.2
2. Institutional Development and Investments		62.10	87.3	52.06	86.8
3. Provincial Scholarships		1.85	2.6	1.85	3.1
Total Project Costs		71.12	100.0	60.00	100.0
Total Financing Required		71.12	100.0	60.00	100.0

Fonte: (World Bank, 2002, p. 13)

O projeto que tinha a duração de 5 anos de 2002-2007, passados três anos após a sua implementação, em 2005 o governo a partir do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, dando continuidade, ainda na esteira de expansão de instituições de ensino superior públicas pelo país, abre desta feita as primeiras Instituições Superior Politécnicas (ISP's) públicos. Com grau académico em engenharias, em 3 províncias no centro e sul de Moçambique, Gaza, Manica e Tete e outras posteriormente nessa lógica. Tendo em atenção as potencialidades que caracterizam cada uma das províncias, recursos naturais minerais e agrários. O que revelou a continuação de um de aposta e investimento

do Estado nas áreas de engenharia.

Estas novas instituições de ensino superior politécnica, viriam a beneficiar-se também dos fundos competitivos, do projeto do Banco Mundial para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique, numa das componente que constituía o projeto designado por QUIF.

As instituições de ensino superior ora abertas, para além de serem diferente em termos de estilo de ensino, politécnico com mais aulas prática diferente do ensino tradicional universitário, passaram a introduzir uma lógica de comparticipação dos custos pelo estudantes e famílias a partir de pagamento de propinas nos dois períodos laboral e pós laboral. A justificação para o efeito estava assente no facto dos ISP's apresentarem uma filosofia de ensino que requeria mais recursos por conta das aulas práticas.

Salientar que o valor cobrado de propinas mensais que são fixadas pelo ministério que tutela o ensino superior, são considerados simbólicos, correspondente a quase 50 USD mensais. No entanto, a realidade tem contrariado o simbolismo dos valores cobrados, pois as ISP's têm tido muitas dificuldades em cobrar essas mesmas propinas, por causa das característica geral da maioria das famílias moçambicanas, são desprovidas de condições mínimas para fazer face a mesmas despesas. E o número de estudantes que procuram este tipo de ensino na sua maioria têm revelado estas características.

Esta dificuldade faz-se sentir também no seio dos estudantes trabalhadores, que a prior considera-se que têm alguma possibilidade de poderem custear as despesas do próprio ensino. Se isso pode revelar por uma lado que há alguma fraqueza das próprias ISP's em estratégias de cobranças, por outro pode revelar também que os estudantes ainda não incorporaram essa nova realidade de comparticipação nas instituições de ensino superior públicas, por isso que resistem ao pagamento. O que faz com que as ISP's encontrem diversas medidas de coerção que obriguem aos estudantes a pagarem as propinas.

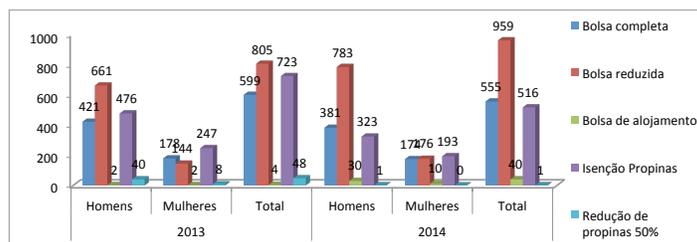
Hoje, volvidos mais de 50 anos de existência de ensino superior em Moçambique, a modalidade de financiamento com uma tendência mais para lógica de mercado em Moçambique já está de alguma forma assente pela existência de mais instituições privadas (31) do que pública (18), apesar das IES públicas terem maior número de

estudantes 116037 contra 58765¹ do privado, por oferecerem mais cursos e alguns deles não são da apetência dos privados. Apostando estes na sua maioria mais em cursos de direito e de áreas empresariais e poucos em áreas de engenharia e ciências naturais, artes, ciências sócias e humanas.

As instituições públicas para além de arrecadarem fundos a partir de receitas de rendimentos como consultorias, investigação, aluguel de espaço, também contam com as receitas advindas das taxas, que tendem a aumentar cada vez mais, cobradas aos estudantes (exames de admissão, matrículas, inscrição nas disciplinas) que variam de instituição para instituição em função dos cursos.

As bolsas de estudos que nunca são suficientes, como tem sido revelado por alguns estudos, tendem a reduzir, principalmente as bolsas completas (que contempla o alojamento, alimentação, assistência médica e medicamentosa, gastos correntes e isenção de pagamento de propinas), aumentando as bolsas incompletas que pressupõem a comparticipação de custos. Como se pode ver no gráfico abaixo num exemplo de uma das maiores universidades do país referente ao ano de 2013-2014.

Figura 2: Evolução do número de estudantes bolseiros na UEM.



Fonte: UEM-Relatório das atividades financeiras 2014

As bolsas de estudos disponibilizadas pelo governo na sua maioria são para os estudantes que queiram ingressar nas instituições de ensino superior públicas apesar das iniciativas das bolsas provinciais financiadas pelo Banco Mundial, possibilitarem que os estudantes escolham onde querem prosseguir com os seus estudos académico quer no público quer no privado.

¹ Dados estatísticos dos estudantes referente ao ano de 2016, retirados no portal do Ministério de Ciências e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (2018). <http://www.mctestp.gov.mz/index.php/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>.

Assim, quando se caracteriza o modelo de financiamento do ensino superior em Moçambique hoje, o mesmo enquadra-se numa das políticas de partilha de custos considerada política de duas faces (*dual-track*). Um modelo que se, Cerdeira (2008), caracteriza por uma estrutura pública restrita controlada pelo governo e um sector privado que tende a crescer mais. As taxas variam de uma instituição para outra em função das suas particularidade tipo de instituição e ensino. Em algumas instituições encontram-se vagas que são livres de propinas ou são cobradas propinas em valores baixos, o número de vagas são limitadas e há uma seleção dos alunos para o ingresso. O apoio que o governo concede aos estudantes são sempre poucos e os que não são abrangidos pelo apoio ficam sujeitos ao pagamento de propinas.

Este modelo que permite que se cobre propinas em algumas instituições e outras não, em que existem vagas noturnas pagas por alguns estudantes diferente do período diurno, como é o caso de moçambicano, tem merecido algumas críticas por alguns pesquisadores. Na medida em que,

evidencia um tratamento diferenciado dos dois tipos de estudantes (trabalhadores e não trabalhadores), o que põem em causa os princípios de equidade social, ao tratar de forma diferente os candidatos ao ensino superior. Ademais, o sistema do pós laboral pode ser problematizado na questão sobre o acesso. Uma vez que revela que as pessoas que hoje estão a frequentar o período noturno já foram em algum momento penalizadas pela política de financiamento vigente no país, quando não tiveram oportunidade de frequentar o ensino superior na sua juventude que seria o tempo certo (CESO, 2017, p. 59).

3. Perspectivas de Financiamento

As estatísticas têm revelado que o financiamento na educação no geral e no ensino superior em particular tem aumentado de ano em ano, como evidenciam as informações na tabela que se segue correspondente aos orçamentos para o ensino superior nos últimos 4 anos.

Tabela 1: Evolução do orçamento do ensino superior

Ano letivo	Funcionamento	Investimento Interno	Investimento Externo
2015	4,650,554.00	1,678,863.00	2,490,854.00
2016	5,259,596.00	1,060,387.00	1,193,643.00
2017	6,176,223.00	991,231.98	569,254.84
2018	6,807,930.37	783,520.04	2,048,237.46

Fonte: Ministério de Economia e Finanças (2018).

Os montantes que têm sido disponibilizado pelo Estado para o ensino superior têm representado sistematicamente cerca de 2% do orçamento do estado (Chilundo, 2010). E espera-se que haja algum aumento segundo o plano estratégico 2012-2020 com a subida ou a elevação da percentagem do orçamento para as IES até 1,5% do PIB nacional (Ministério de Educação, 2012a).

No entanto, apesar dos aumentos graduais no orçamento canalizado para as IES, estas continuam a ressentirem-se quando veem as suas propostas de orçamentos, que espelham aquilo que são as suas reais necessidades, a sofrerem grandes cortes e terem de se contentar com os valores que são concedidos ao nível das finanças.

Esta realidade e prática justifica-se pelo facto do ensino superior não constituir a única área prioritária em termos de investimentos, existindo outras a concorrem com o mesmo.

Assim, o orçamento disponibilizado torna-se extremamente ineficiente, Pillay (2010), e em grande parte ad hoc, não se baseia em qualquer tentativa de desenvolver uma ligação mais estreita entre o planificado ao nível das instituições de ensino superior e o orçamento disponibilizado.

O que leva muitas vezes as IES públicas a terem um desempenho desigual entre as suas áreas de atuação e vocação, o ensino, a investigação e extensão, sendo as duas últimas mais afetadas.

Não são aqui apresentados os orçamentos das IES privadas pelas dificuldades de as encontrar nos documentos e relatórios oficiais e públicos. As instituições que tutelam o ensino superior no país também têm alguma dificuldade em obter os mesmos dados e reconhecem constituir um desafio que deve ser ultrapassado. O que torna difícil de perceber com quanto é que cada uma funciona.

Entretanto, sabe-se que as instituições de ensino superior privadas para além de dependerem, das receitas advindas de cobranças de propinas que constitui a maior fonte e outras taxas académicas que são cobradas aos estudantes, também dependem de empréstimos bancários e de doações.

Apesar do esforço do governo quer na expansão quer no financiamento do ensino superior em Moçambique o desafio em relação ao financiamento ainda se impõem quando olhamos para algumas realidades como a taxa de matrícula bruta. O plano

estratégico 2012-2020 revela que o número de estudantes no ensino superior num universo de 100.000 habitantes corresponde a 440 ou 440/100.000 e a média da Comunidade dos Países da África Austral (SADC) é de cerca de 700/100.000 (Ministério de Educação, 2012a).

Para além disso, o coorte de estudantes que devia estar no ensino superior em função da idade rondam nos 1% contra os 5% da média da África. Estas baixas taxas de participação tornam-se ainda mais alarmante quando o acesso ao ensino superior é altamente desigual. Segundo Pillay (2010), existem três determinantes importantes da desigualdade: gênero, condição socioeconómico e região.

Se por um lado existe essa realidade por outro já se resseni o esforço em demasia do Estado em continuar a manter o modelo de financiamento que se considera ter uma comparticipação muito baixa dos estudantes e famílias.

Alguns estudos tem evidenciado que a média anual de matrícula para os estudantes que pagam a taxa de matrícula completa situa-se em torno de USD \$ 100 contra USD \$ 2500 que corresponderiam aos custos reais (Chilundo, 2010).

No entanto, percebe-se que estes dados não abrangem instituições do Estado que cobram mensalidades aos alunos quer no período diurno e quer noturno e os USD \$ 100 são referente aos custos considerados, Whoodal (2004), diretos que são os de estudos e não aos custos indiretos de vida. Como explica Vossensteyn (1999),

O custo do ensino superior pode ser dividido em custos de estudo e vida. Os custos do estudo referem-se a propinas e despesas com materiais de estudo. Os custos de vida podem ser divididos em nutrição, acomodação, despesas de viagem e artigos diversos como desporto, entretenimento, etc, p. 162.

Se todos esses custos fossem englobados com certeza que alterariam os valores que são apresentados.

Todavia, isso não retira o esforço que o Estado tem evidenciado para financiar o ensino superior.

Apesar dessa responsabilidade do Estado no financiamento do ensino superior Hauptman (2007) na caracterização do financiamento público levanta-se alguns pontos que vão para além dos fundos serem escassos e exíguos, a sua distribuição em muitas

realidades tem revelado que um único bolo tem sido disponibilizado para ser usado para todas as despesas (ensino, investigação e despesas de capital (melhorar as infraestruturas, compra de grandes equipamento)), as instituições responsáveis pela alocação dos fundos o fazem de forma política e não olham para as necessidades reais.

Por isso, como forma de aliviar o peso nas contas do Estado há pretensões para que os estudantes famílias participem ainda mais.

Nos últimos, tempos em seguimento de algumas recomendações que já vinham sendo dadas desde o passado, conforme foi mencionado, que já apontavam para a necessidade de se rever o financiamento do ensino superior, alguns trabalhos têm sido levado a cabo e algumas propostas apresentadas para o efeito.

Como se lê, nas estratégias referente ao financiamento, no plano estratégico do ensino superior 2012-2020 logo no primeiro ponto: “Aprovar uma estratégia de financiamento das IES que assegure a redução, ao Estado, dos custos unitários de formação do graduado” (Ministério de Educação, 2012a, p. 47).

Como escreve Cabrito (2004), com o passar do tempo,

o diferenciar as proveniências de financiamento surge, para as instituições de ensino superior, como o último “mandamento” dos governos liberais e significa buscar fundos para além dos públicos, seja por meio da venda/prestação de serviços, da investigação “vocacionada” para o mercado ou do aumento das contribuições dos estudantes p. 980.

Para o efeito o Plano Estratégico em função de alguns estudos feitos propõem o seguinte modelo de financiamento composto por três mecanismos: (i) financiamento de base – financiamento directo que visa assegurar o funcionamento corrente das IES, (ii) financiamento institucional – financiamento directo, baseado em projectos competitivos de investigação e afins, e (iii) financiamento dos estudantes – financiamento indirecto através de bolsas de estudo e propinas dos estudantes.

Explica Chilundo (2010) que no financiamento de base o Estado financia com 30% a 60% as instituições de ensino superior públicas e no financiamento institucional que será um fundo mais competitivo será de 10% com maior prioridades para as instituições públicas e de forma condicional ao privado. O primeiro financiamento seria determinado pelos factores de custos dos programas de cada instituição e pelo factor de

desempenho em termos de taxa de rendimento e taxas de graduação.

O modelo indireto com um financiamento de mais de 50% de fundos para os estudantes que numa base concorrencial, tendo em conta as prioridades políticas, em termos de áreas de ensino, os mesmos teriam acesso ao fundo que beneficiaria quer o privado quer o público. Este último modelo também tem sido proposto por Matos e Mosca (2010) quando percebem e sugerem que para um melhor ambiente e contexto de competitividade entre o ensino superior privado e público, ao invés do Estado financiar as instituições públicas de ensino superior passasse a financiar apenas as bolsas de estudos.

Num dos últimos relatórios de um estudos realizado pelo Ministério de Educação (2013) com a intenção de materializar um dos objectivos traçados no plano estratégico. Considera que o modelo de financiamento que está sendo proposto vai permitir corrigir os atuais desequilíbrios financeiros no ensino superior, na medida em que se espera uma maior participação dos beneficiários diretos (estudantes e suas famílias) de acordo com as suas condições sócias e económicas e incentiva as IES a atraírem mais recursos para si por via de melhoria da qualidade e desempenho.

O relatório considera somente os beneficiários diretos que são os estudantes, pensamento este influenciado pelas políticas do capital humano que pretende convencer aos que têm de aderir ao modelo da maneira como se pretende introduzir, aumentando a participação dos estudantes/famílias. No entanto, sabe-se que, para além de benefícios privados ou pessoais, existem muitos benefícios públicos para a sociedade mais educada que incluem itens como o valor de ter uma cidadania mais educada (um valor que é muito difícil de calcular, envolvendo um conceito de externalidades). Esses benefícios públicos agrupa-se em,

financeiros (maior produção nacional, maior produtividade, maior flexibilidade da força de trabalho, maior capacidade de consumo, menor dependência financeira do governo e não financeiros (maior coesão social, maior mobilidade social, maior desenvolvimento cultural, maior filantropia, maior adaptação tecnológica) (Cerdeira, 2008, p. 13).

Face a estas perspectivas, a questão que se coloca é, quanto é que vai ser o aumento da participação das famílias moçambicanas para verem os seus filhos a continuarem com os seus estudos no ensino superior? tendo em conta o contexto

moçambicano que pelo regime adotado após a dominação colonial, o socialismo, fez com que as pessoas sempre olhassem para o Estado como o provedor da educação. E possivelmente também por isso, a resistência dos estudantes em pagar propinas nas instituições públicas em que as mesmas são cobradas apesar das taxas que se pagam serem consideradas baixas.

Tendo em conta também que, quando se pensa na capacidade para pagar pela educação e garantir a acessibilidade financeira deve-se tomar em consideração, Cerdeira *apud* Usher e Cervenán (2005), os indicadores de capacidade para financiar os estudos que acoplados, constituem os custos totais, a saber: Custos de Estudos, as propinas, incluindo as taxas de inscrição e das disciplinas e matrículas, os livros e materiais escolares; Custos de Vida ou de Manutenção, alojamento e alimentação e o Apoio Social a partir de bolsas de estudos.

E em relação aos efeitos das políticas de financiamento privado para o ensino superior, mostram Marcucci e Johnstone (2007, p. 25) que,

À medida que os governos se voltam cada vez mais para a partilha de custos, a fim de satisfazer a procura crescente e diminuir o investimento público no ensino superior público, torna-se de grande importância a escolha entre diferentes políticas de taxa de matrícula. Estas e as políticas de assistência financeira que as acompanham são críticas, tanto para a receita muito considerável em jogo quanto para o impacto potencial na acessibilidade do ensino superior e as implicações para a equidade e a justiça social.

Os estudos que têm sido feitos sobre algumas experiências um pouco por alguns países, principalmente em desenvolvimento, são apresentados vários desafios relacionados com aspectos técnicos que tornam a realização da partilha de custos em países em desenvolvimento mais desafiadora, dentre eles dois são destacados: o primeiro desafio consiste na divisão do custo entre a parte do governo e dos estudantes/famílias que é difícil de estabelecer de forma precisa porque a magnitude das externalidades do ensino superior é muito difícil de medir. O segundo está relacionado com o acesso e equidade. E para que a partilha de custos seja compatível com o acesso e a igualdade de oportunidades, deve ser acompanhada de medidas que eliminem os obstáculos financeiros ao acesso ao ensino superior, especialmente para os grupos mais desfavorecidos. Isso requer sistemas fortes de ajuda financeira aos estudantes bem organizados como subsídios baseados em necessidades e esquemas de empréstimos e

possivelmente outros programas para compensar oportunidades educacionais desiguais (OCDE, 2008).

Enfim, como foi referido por Johnstone (2014), apesar dos problemas e as soluções políticas, no contexto global, do financiamento do ensino superior terem grandes semelhanças, aconselha que os mesmos devem ser harmonizados em função das grandes diferenças entre os países.

4. Considerações finais

Os contextos históricos pelo qual Moçambique passou têm alguma influência na maneira como as pessoas olham para os serviços sociais públicos prestado pelo Estado. O período do Socialismo em Moçambique, apesar de ter sido curto, foi de alguma forma muito intenso que até hoje se reflete na vida das pessoas, mormente quando olham para as responsabilidades do Estado. No entanto, fica claro também que a nova realidade que se vive em Moçambique, em que a procura pelo ensino superior é cada vez maior, em que o mesmo não constitui o único sector prioritário, em que a qualidade pelo financiamento vigente começa a ser colocada em causa, etc. Exige que o Estado encontre formas de fazer face as políticas de financiamento do ensino superior que sejam mais sustentáveis. Que venham a fazer face aos problemas que grassam o sistema de ensino superior em Moçambique.

Todavia, as perspectivas de políticas de financiamento devem tomar em consideração a falta de condições de uma maioria das famílias Moçambicanas. E o aumento das taxas para o acesso devem ponderar não somente os custos de estudos que não são os únicos, nas políticas de partilha de custos, porém também os custos de vida que constituem encargos pesados para os estudantes e suas famílias.

Deve-se repensar numa estratégia de apoio social a partir de bolsas de estudos e outros que permitam que as famílias carenciadas, que são muitas, tenham condições para poderem colocar os seus filhos no ensino superior quer nas IES pública quer nas privada.

Referências Bibliográfica

- Beverwijk, J. (2005). *The Genesis of a system: A coalition formation in Mozambican higher education, 1993-2003*. Kampala: CHEPS/University of Twente. Retrieved from [https://www.utwente.nl/bms/cheps/phdportal/CHEPS Alumni and Their Theses/ProefschriftFinal](https://www.utwente.nl/bms/cheps/phdportal/CHEPS_Alumni_and_Their_Theses/ProefschriftFinal).
- Cabrito, B. G. (2004). O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 977-996, Especial - Out. Retrieved from <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Chilundo, A. (2010). Mozambique. In Pillay Pundy, *Higher Education Financing in East and Souther Africa*.
- Cerdeira, M. L. (2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A partilha de custos*. Faculdade de Lisboa. Retrieved from http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.
- CESO (2017). *Estudo sobre os custos e o financiamento do Ensino Superior em Angola*. CESO Development Consultants e Banco Africano de Desenvolvimento.
- Dias, M. da C. L. (1998). *Quality Management in Higher education*. School of Education, University of Wales, Bangor. Retrieved from http://e.bangor.ac.uk/3990/1/DX207506_1_0001.pdf.
- Gonçalves, A. C. P. (2007). *A concepção de politécnica em Moçambique: contradições de um discurso socialista (1983-1992)*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.3, p. 601-619, set./dez. 2007.
- Hauptman, A. (2007). Higher Education Finance: Trends and Issues. In *International Handbook of Higher Education* (pp. 83–106). Dordrecht: Springer.
- Johnstone, D. B. (2001). *The Economics and Politics of Cost Sharing in Higher Education: Comparative Perspectives*. Retrieved from <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>.
- Johnstone (2014) *Financing Higher Education: Worldwide Perspectives and Policy Options*. Retrieved from <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>.
- Lei número 4/83, 23 de Março de 1983. Sistema Nacional de Educação.
- Marcucci, P. N., & Johnstone, D. B. (2007). Tuition Fee Policies in a Comparative Perspective: Theoretical and Political Rationales. *Journal of Higher Education Policy*

- and Management*, 29(1), 25–40. <http://doi.org/10.1080/13600800600980015>.
- Mário, M. *et all* (2003). *Higher Education in Mozambique*. Oxford: James Currey. MESCT. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study
- Matos, N. & Mosca, J. (2010). *Desafios do Ensino Superior*.
- Ministério de Educação. (2012). *Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo: Direção para Coordenação do Ensino Superior. Maputo: Ministério de Educação.
- Ministério de Educação. (2012a). *Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020*. Maputo: MINED. Retrieved from http://www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/doc/EnsinoSuperior/Plano_Estrategico_2012-2020.pdf
- Ministério de Educação (2013). *Estratégia de Financiamento do Ensino Superior*. Maputo: Ministério de Educação.
- Ministério de Economia e Finanças (2018). Direção Nacional de Planificação e Orçamento. Maputo.
- Mosca, J. (2009). Práticas e Desafios de Ensino Superior em Moçambique. In *Economicando*. Maputo: Alcance Editores.
- OCDE (2008). *Tertiary Education for the Knowledge Society - Thematic Review of Tertiary Education*. Retrieved from <http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/41266690.pdf>.
- Pillay, P. (2010). *HigHer education Financing in East and Southern Africa*. Somerset West: Centre for Higher Education Transformation (CHET). Retrieved from <http://www.africanminds.co.za/wp-content/uploads/2012/06/13407160372101493429>
- Rosário, L. (2013). Universidades Moçambicanas e o futuro de Moçambique. *Ensino Superior Unicamp*, no 10 - julho-setembro.
- Taimo, J. U. (2010). *Ensino superior em Moçambique: história , política e gestão*. Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Educação. Retrieved from <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/USQUKAQXVOQD>.
- UEM (2014). *Relatórios de Atividades e Financeiros de 2014*. Maputo. Retrieved from

http://www.plano.uem.mz/images/PDF/Relatorios/Relatorio_2014.pdf.

Vossensteyn, J. J. (2005) *Perceptions Of Student Price-Responsiveness: A Behavioural Economics Exploration Of The Relationships Between Socio-Economic Status, Perceptions Of Financial Incentives And Student Choice*. Enschede: CHEPS/UT.

Vossensteyn, J. J. (1999). Where in Europe would people like to study? The affordability of higher education in nine Western European countries. *Higher Education*, 37: 159–176, *Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands*.

Woodhall, M. (2004). Student Loans: Potential, Problems, and Lessons from International Experience. *JHEA/RESA*, 2(2), 37–51. Retrieved from <https://www.codesria.org/IMG/pdf/3-woodhall>

World Bank (1998). *The Financing and Management of Higher Education: A Status Report in Worldwide Reform*. Retrieved from <http://documents.worldbank.org/curated/en/941721468741874640/pdf/multi-page.pdf>.

World Bank (2002). *Project Appraisal Documento on a Proposed to The Republico of Mozambique for a Higher Education*. Washigton: World Bank.